

ANÁLISE DOS TEMAS TRANSVERSAIS APLICADOS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC

COMBY, Juciléia Cunha e Silva

MEDEIROS, Priscila*

PRANDO, Suélen Aparecida Padilha

LISTONE, Ana Lúcia

ROVER, Ardinete**

Resumo

O presente estudo trata dos temas transversais, presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e aplicação dos mesmo nas atividade do Curso de Administração. O objetivo da pesquisa foi verificar como os temas transversais estão sendo trabalhados no Curso de Administração da Unoesc Campus de Joaçaba. O tipo de pesquisa caracterizou-se como exploratória, descritiva e estudo de caso. O levantamento de dados foi feito por meio de análise documental, bem como por meio da aplicação de um questionário em outubro de 2022 aos acadêmicos e professores das 2 últimas fases do curso. Os resultados apontaram que os temas transversais estão descritos nos documentos do curso, são trabalhados em alguns componentes curriculares com mais ênfase nos temas direitos humanos e educação ambiental, além de projetos pesquisas e de extensão, porém parte dos estudantes não distingue quais as atividades compreendem os temas transversais e que permitem atender o perfil desejado na formação cidadã do profissional em Administração.

1 INTRODUÇÃO

Os temas transversais fazem parte do Projeto Político Pedagógico – PPC dos cursos de ensino superior do País, incluso o do Curso de Administração Campus de Joaçaba, temas esses que fazem parte do aprendizado dos acadêmicos do curso na formação profissional.

Primeiro foi realizado um estudo bibliográfico sobre os temas transversais aplicados nos cursos superiores. sendo eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estes temas foram analisados a partir da coletada de dados referente ao curso de Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc do campus de Joaçaba/SC, com análise documental e tendo como público alvo o acompanhamento de acadêmicos das 2 últimas fases que ingressara na matriz curricular vigente (50). Ainda contou-se com a coleta de dados dos professores das mesmas turmas.

O estudo apresenta-se em quatro etapas sendo que na primeira foi feita a revisão da literatura sobre temas transversais, em um segundo momento demonstrou-se os procedimentos metodológicos utilizados para aplicação da pesquisa, na sequência descreveu-se o resultado alcançado após as análises feitas e por último foram feitas as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

Em meio ao atual cenário mundial, a inclusão social vem sendo tratada como algo “normal”, mas sabe-se que há várias distinções em relação aos temas transversais. Apesar do princípio da igualdade ter sido erigido à estatura constitucional em 1988, estudos indicam que a desigualdade de gênero ainda persiste como reflexo de padrões culturais da sociedade (PINTO, 2009). Na mesma linha Mota e Souza (2013) coloca que apesar da luta da mulher pela igualdade social e dos grandes avanços que o sexo feminino obteve no

mercado de trabalho, ainda existem obstáculos a serem superados pelas profissionais que almejam o sucesso nesse mercado tão competitivo.

O Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno a Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, trata sobre as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos no seu § 1º do art. 1 os direitos humanos, são reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, e pode ser de forma individual, coletiva, 3 transindividual ou difuso. Ambos se referem à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana (BRASIL, 2012a).

Outro assunto mais emergente e que tem gerado polêmica atualmente, é a Educação Ambiental, uma vez que, cada vez mais, há necessidade de transformar as ações humanas em ações sustentáveis para a garantia de um futuro verde para as próximas gerações (BRASIL, 1997). Conforme o Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno na Resolução nº 2 de 2012 em seu Art. 3º “[...] a Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.” (BRASIL, 2012b). Desta forma é possível observar que a responsabilidade cidadão se dá com reciprocidade nas 4 reações dos seres humanos e com a natureza.

Segundo o que dita a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, desta forma é possível observar que:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por

comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012c).

Conforme o Art. 2º, da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004:

1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL, 2004, p. 11).

De acordo com a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, os Direitos Humanos são reconhecidos no mundo todo como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais, tanto individual, coletivo, transindividuais ou difusos. Para assegurar que os cidadãos brasileiros tenham ciência dos seus direitos e de suas responsabilidades individuais e coletivas, foi fundamentada nos princípios da Educação em Direitos Humanos o Parecer Homologado pelo Conselho Nacional de Educação/CNE – Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012a).

De acordo com o artigo de Kazu (2019), a Lei nº 12.764 de 2012, Lei de proteção ao Autista, é uma lei que se destina as pessoas diagnosticadas com síndrome TEA, e visa assegurar que os mesmos possuam seus direitos, tendo em vista o exercício da cidadania e a inclusão social (BRASIL, 2012c).

Conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu Artigo 1º, dispõe que:

Art. 1º § 1o Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica

caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012c).

Soares (2014), ao se referir em seu artigo aos marcos legais e normativos, aponta que o reconhecimento de Libras como meio legal de comunicação e expressão teve início em 2002 com a Lei nº 10.436, legitimando-a como língua oficial dos surdos brasileiros. Contudo, apenas com a homologação do Decreto 5.626/05, esta Lei teve sua regulamentação, trazendo mudanças significativas.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo II, Artigo 3º, trata da questão inclusão de Libras como disciplina curricular, e estabelece:

Art 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

2ºA Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste decreto (BRASIL, 2005, p. 1).

Silva e Haetinger (2012), destacam em seu artigo a relevância da Educação Ambiental, em como esse assunto deixou de ser apenas discutido

por pessoas especializadas no campo ambiental ou em movimentos sociais ambientalistas, e tornou-se de interesse à toda a sociedade; e nas instituições de ensino não é diferente, sendo abordado desde o pré-escolar chegando até o ensino superior. De acordo com os autores, essa responsabilidade está intrínseca, visando formar cidadãos éticos e comprometidos com o bem-estar da sociedade.

Para o ensino superior, conforme a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, a temática da Educação Ambiental deve estar referenciada nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), não sendo necessariamente implantada como uma disciplina, mas desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases e etapas do ensino (BRASIL, 2012b).

Sendo assim, pode-se estudar o tema sobre educação ambiental dentro de outros componentes do curso além das matérias obrigatórias do curso, como por exemplo, pode-se oferecer cursos de extensão relacionados aos temas, e que possam ser aproveitados dentro das horas extracurriculares, bem como dentro dos componentes optativos e eletivos, podendo assim puxar uma matéria de outro curso relacionada ao temas, mas que possa ser aproveitada dentro da grade curricular para formação acadêmica do aluno.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, estudo de caso, tendo como objeto de estudos realizar uma análise documental sobre os temas transversais no PPC (2018), por meio também da verificação dos conteúdos, atividades abordadas nos planos de ensinos, nas atividades pesquisa e de extensão dos cursos de Administração.

Para o desenvolvimento deste projeto foram utilizadas as abordagens metodológicas da pesquisa qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental. Também recorreu-se a análise com recorrência a abordagem quantitativa com vistas a mensurar informações relacionados sobre os conhecimentos dos acadêmicos dos temas transversais por meio de

questionários aos discentes que ingressaram na matriz mencionada em 2018 e em 2022 finalizaram o curso. Responderam o instrumento 66 acadêmicos e 9 professores do quadro docente do curso.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio da coleta de dados em documentos como PPC (2018) do curso, planos de ensino componentes relacionados aos temas transversais, projetos de pesquisa, Estágio Supervisionado e TCC, bem com a aplicação do instrumento (questionário) ao corpo discentes e docente do Curso de Administração da Unoesc de Joaçaba, foi possível verificar como os temas transversais estão sendo aplicados no curso na formação acadêmica e social dos profissionais de Administração.

Os documentos que se buscou informações sobre aplicação dos temas transversais foi pautado no PPC (2018), matriz 50, planos de ensino, projetos pesquisa de iniciação científica e projetos de extensão.

Considerando os documentos PPC (2018) e planos de ensino do curso apurou-se que os temas transversais são abordados mais fortemente nos componentes listados abaixo:

Ética e Cidadania – Componente full ofertado de forma institucional

O componente curricular estuda a existência, a conduta humana, os valores, consciência e comportamento moral, direitos humanos, cidadania, relações étnico-raciais e de gênero e a responsabilidade socioambiental.

Fundamentos Antropológicos e Sociológicos - Componente full ofertado de forma institucional A ementa destaca Homem e sociedade. Cultura, identidade e diversidade cultural. Relações étnico-raciais e de gênero. Sociedade, inclusão social e responsabilidade social. Divide a unidade de ensino em sociedade, cultura e relações.

Gestão da Sustentabilidade – Componente híbrido (Mix) ofertado nos cursos de forma institucional Esse componente estuda o tripé da sustentabilidade. As premissas, dimensões da sustentabilidade.

Direito Componente híbrido (Mix) ofertado nos cursos de forma institucional para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. Os conteúdos estão relacionados aos estudos do direito público e direito privado. Direito societário. Direito do consumidor. Foca principalmente no conceito o de pessoa e personalidade, capacidade de direito, incapacidade absoluta e relativa e cessação da incapacidade, direitos da personalidade.

Ambiente Econômico Mix) ofertado nos cursos de forma institucional. Compreender os conceitos econômicos, relacionados ao contexto empresarial, levando aos estudos sobre as sobrevivências das empresas em todos os momentos da economia o que repercute em todo um contexto, refletindo inclusive na empregabilidade das pessoas.

Gestão de Pessoas Trata das políticas de recursos humanos, administração de pessoal e benefícios. Ambiente e qualidade de vida no trabalho. Aspectos da diversidade cultural em gestão de pessoas. Os seres humanos são hoje o principal diferencial das organizações.

Desenvolvimento regional Contempla a conceituação sobre desenvolvimento regional. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional. Limites de crescimento e o desenvolvimento.

Estágio Supervisionado I e II O componente curricular Estágio Supervisionado I e II propicia ao acadêmico de Administração o contato com a prática profissional, identificando problemas existentes e/ou possibilidades de melhorias em ambientes organizacionais e propor intervenções voltadas ao atendimento desta problemáticas organizacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Fundamental para a formação profissional no TCC o acadêmico faz a produção científica cumprindo o princípio da integração Instituição e a comunidade, pois tratam de temas de aplicação de pesquisas em estudos regionais.

Sustentabilidade e Geopolítica Este componente curricular, vem complementar aos estudos durante o curso sobre gestão para a sustentabilidade, inclusão e diversidade.

Além destes o curso conta com componentes curriculares optativos e eletivos, que complementam a formação profissional e possibilitam ampliar os

conhecimentos em outras áreas de formação, nos quais os acadêmicos podem ter contato com os temas transversais. Entre esses componentes destaca-se a oferta semestral pela instituição do componente curricular de Libras, que é opção de alguns acadêmicos. Evidencia-se ainda, que estudo com maior ênfase atendendo o tripé da sustentabilidade: ambiental, social e econômico.

A pesquisa no curso se desenvolve por meio da participação em editais de projetos de iniciação científica e resultados da aplicação de projetos do Estágio Supervisionado e TCC, o que resultam em publicações e participação em eventos científicos., esse também atendem ao estudo de temas transversais.

Os estudos nos projetos de iniciação científica, que tratam principalmente de temas relacionados ao agronegócio considerando a produção, o meio ambiente, bem como a gestão econômica. Na área de abrangência da Instituição o ramo do agronegócio é um diferencial da economia na região gerando negócios e empregabilidade, pois na além do potencial na agroindústria, é latente a agricultura familiar de pequenas propriedades.

Ainda os resultados dos projetos dos Estágios Supervisionados e TCCs estão relacionados com os temas transversais e tem como foco o desenvolvimento regional.

No curso de Administração a extensão acontece por meio de palestras, oficinas e atividades práticas dentro dos próprios componentes curriculares em parceria com o Núcleo de Apoio Fiscal – NAF, Conselho Regional de Administração CRA/SC, visitas técnicas e outras são desenvolvidas envolvendo os acadêmicos e docentes. Temas mais vistos referem-se a sustentabilidade, educação e cidadania, empreendedorismo, inovação e direitos humanos.

Levantou-se ainda que atividades práticas de doações acompanhadas com palestras de formação cidadã proferidas pelas próprias entidades que recebem são desenvolvidas com bolsistas do art. 170 – projetos sociais.

Parte dos acadêmicos participaram com bolsas em projetos de intervenção previstos no Programa de Educação Superior para o

Desenvolvimento Regional – Proesde (UNOESC, 2022). nos quais desenvolvem atividade voltadas à formação enquanto cidadão e profissional capaz de intervir e contribuir em seu contexto regional.

Pelos projetos apresentados observa-se que atendem parte dos temas transversais. Para acadêmicos participarem e serem contemplados, precisam fazer a inscrição no programa de bolsas do governo do Estado de Santa Catarina - UNIEDU.

Os instrumentos para complementar a pesquisa foram aplicados para professores e acadêmicos, dos quais os resultados são apresentados nos itens a seguir.

Os conhecimentos dos acadêmicos sobre os temas transversais quando da aplicação no curso, em percentual de 54,5% afirmam que tem conhecimento a respeito do assunto. Mais 27,3% dos respondentes sabem em partes do que se trata e 18,2% responderam que não tem clareza das atividades sobre o tema. Neste contexto, pode-se evidenciar que parte dos acadêmicos que se referem conhecerem em partes ou não ter clareza em quais conteúdo ou atividades estão inseridos os temas transversais, porque não sabem distinguir, de fato, quais são os temas transversais, assim não fazem relações com o que estão estudado.

Dos acadêmicos que responderam já terem estudado algum tema transversal durante o curso, 94,2% relataram que tiveram mais ênfase com temas transversais diretos humanos e educação ambiental, em menor número, 6,8% sobre temas de educação das relações étnicos-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira e proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, bem como a língua brasileira- Libras. O que confirma o resultado da análise documental que apresenta os temas de direitos humanos e educação ambiental com mais destaque no curso.

Ainda questionados a respeito da forma como são aplicados no curso os temas transversais, a grande maioria 61,4% identificam que estes estão presentes nos componentes curriculares, 22,7% dizem que estão nas atividades de pesquisa e 15,9% na extensão. Resposta que está em conformidade a análise documental. Isso porque nos componentes

curriculares os temas ficam mais evidentes enquanto demais atividades não está clara a aplicação desses mesmos temas, mesmo que de forma transversal.

No último questionamento aos acadêmicos a respeito da contribuição dos estudos sobre temas transversais na formação 86,4% dos participantes da pesquisa dizem que há uma importância significativa em sua formação complementando a formação de técnica como profissional administrador, quando atuar junto a sociedade. Já 13,6% ainda colocam que contribui em partes, justamente conforme relatado, esses não têm clareza da ligação dos temas transversais com a sua formação profissional.

Em paralelo a aplicação de questionário aos acadêmicos do curso de administração, foi aplicado um questionário semelhante aos professores que trouxe como resultado, de acordo com relato a seguir.

Quando da aplicação instrumento aos acadêmicos se já tinham estudado os temas transversais, os professores foram questionados sobre terem trabalhado o assunto no componente curricular que ministra, 77,8% responderam aplicaram diretamente quer no formato de conteúdo, atividades práticas e de pesquisas os temas transversais. E, 22,2% relatam que incluem esses estudos de forma indireta em seus componentes curriculares.

Entre os professores que aplicam os assuntos relacionados aos temas transversais, tal qual os acadêmicos em 96% destes trabalham direitos humanos e educação ambiental e 4% assuntos relacionados com educação das relações étnicos-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira. Os temas de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, não são trabalhados nos componentes curriculares regulares do curso. O componente de língua brasileira- Libras é ofertado de forma institucional aos acadêmicos por meio de edital semestralmente para aproveitamento em atividades complementares ou componente eletivo. Os professores responsáveis por ministrar Libras não foram alcançados pelo questionário a respeito do estudo do presente tema.

Como os acadêmicos, também os professores foram questionados se os temas transversais têm impacto na formação acadêmica dos profissionais de

Administração, 87,5% relatam que contribui de forma positiva desses acadêmicos, e apenas 12,5% abordam que colaboram em partes. Os professores afirmam que além dos temas transversais serem trabalhados nos componentes curriculares, participam em atividades de pesquisa e extensão ofertados no curso.

Verifica-se que tanto acadêmicas como professores tem opiniões que convergem sobre os estudos dos temas transversais, principalmente quando aplicados nos componentes curriculares.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa ora proposta foi aplicada a fim de levantar a forma que os temas transversais estão sendo aplicados no Curso de Administração da Unoesc de Joaçaba. Para tanto, analisou-se documentos do curso PPC (2028), matriz 50, planos de ensino dos componentes ofertados, projetos de pesquisa e extensão, avaliando-se o conhecimento obtidos por meio das práticas de cada componente e ou/ atividades no que trata os temas e para formar um cidadão profissionalmente estão atreladas aos temas transversais.

Após análise documental e pesquisa de campo do curso é possível encontrar facilmente os temas transversais sendo abordados em componente curricular regulares ou componentes optativos e eletivos. Estão presentes diretamente ou de forma transversal em pesquisa de iniciação científica, de estágio supervisionado e TCC, em atividades de extensão, palestras e outros.

Conforme resultados apurados é possível confirmar que há um consenso entre acadêmicos e professores de que os dois temas mais estudados, foram direitos humanos e educação ambiental, confirmando-se essas afirmativas na análise documental realizada por meio da análise do PPC do curso (2018), nos planos de ensino do curso. Estão em conformidade também, quanto a contribuição dos estudos de temas transversais para a formação do profissional de Administração do campus de Joaçaba.

Os resultados demonstram ainda que é preciso fortalecer a aplicação dos temas transversais de forma mais clara quando trabalhados em atividades

do curso, assim como em alguns componentes curriculares, pois partes desses temas não são percebidas a sua aplicação do curso.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Temas transversais: como utilizá-los na prática educativa. Curitiba: Ibpex, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.

BRASIL Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2012b. Seção 1, p. 70.

BRASIL. Câmara de Deputados. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012c. Seção 1, p. 2.

KAZU, Viktor. Direito dos Autistas na inclusão do ensino superior. Jusbrasil. Rio de Janeiro.
[2019. Disponível em:
<https://viktorkazu.jusbrasil.com.br/artigos/702075709/direito-dos-autistas-na-inclusao-do-ensino-superior>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MOTA, Érica Regina Coutinho Ferreira; SOUZA, Marta Alves de. A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão. In: CONGRESSO CONVIBRA, 2013, São Paulo. Anais [...] São Paulo, 2013.

OTSUKA, Daniela. Língua Brasileira de Sinais. Blog Infoescola. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.infoescola.com/comunicacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras/> Acesso em: 5 abr. 2022.

PINTO, Mariana Dórea Figueiredo. Abordagem de gênero no trabalho no campo da contabilidade no Estado de Sergipe. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SALES, Jefferson Falcão; VIANA, Tania Vicente. Autistas na educação superior: superando a invisibilidade e o preconceito. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES, 6., 2019, Salvador. Anais [...]. Salvador, 2019. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2019/TRABALHO_EV124_MD1_SA144_ID305_14072019150921.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, Andrea da; HAETINGER, Claus. Educação ambiental no ensino superior – o conhecimento a favor da qualidade de vida e da conscientização socioambiental. Revista Contexto & Saúde, Ijuí, v. 12, n. 23, p. 34–40, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1832>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SOARES, Carlos Henrique Ramos. A implementação da disciplina de libras no ensino superior: questões para reflexão. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, out. 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/442-0.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC. PROESDE – Desenvolvimento Regional. Joaçaba. 2022.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC. Resolução nº 209/Consun/2018. Aprova alteração do Projeto Pedagógico do curso de Administração, oferecido na modalidade presencial. Projeto Pedagógico do Curso de Administração. Joaçaba: Unoesc, 5 dez. 2018.

Sobre o(s) autor(es)

* Bacharelados em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)–Campus de Joaçaba. E-mail: priscilademedeiros2209@gmail.com; technocomby@outlook.com

** Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)–Campus de Joaçaba. E-mail: suelen.p@unoesc.edu.br;

Mestranda em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)–Campus de Joaçaba. E-mail: analucia.listone@unoesc.edu.br;

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: ardinete.rover@unoesc.edu.br